

UMA MAIORIA PARA PORTUGAL

Coligação juntou seis mil pessoas em Santa Maria da Feira





Campanha eleitoral

“Podemos olhar os próximos anos de uma forma mais esperançosa”



Portugal tem o “cofre devidamente apetrechado” para pagar os empréstimos aos credores, mesmo em caso de volatilidades do mercado. No final de uma visita de campanha a um parque industrial do Barreiro, dia 22, o líder do PSD considerou também que, “uma vez que não foi concretizada a venda do Novo Banco, dentro do prazo que o Banco de Portugal tinha previsto, o IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, instituição do Estado que faz a gestão da dívida pública) terá de adaptar agora a gestão da sua tesouraria a essa circunstância”. Afirmando que “não há ainda uma decisão tomada sobre que tipo de amortizações antecipadas é que poderão, ou não, vir a ser feitas, até final do ano”, o Primeiro-Ministro enfatizou que “a possibilidade de mais amortizações de empréstimos do FMI dependerá da avaliação de mercado que o IGCP vier a fazer”.

Passos Coelho assinalou, ainda, que a “questão vem sendo analisada ao longo do ano” e terá de passar pelo IGCP, pelo Tesouro e também pela ministra das Finanças, culminando com o seu crivo.

Maria Luís Albuquerque, que também acompanhou a iniciativa de no Barreiro, afirmou que “aquilo que se vencia este ano eram 500 milhões [de euros de pagamentos ao FMI], que já estão pagos”. “Até pagámos antecipadamente, mas é uma questão que teremos de reavaliar até ao final do ano em função das condições de mercado”, acrescentou.

Nesta deslocação, o líder da coligação anunciou que quer aproveitar o aeroporto de Lisboa “tanto quanto puder ser aproveitado”, não descartando, “num futuro mais alargado”, uma infra-estrutura aeroportuária na margem sul do Tejo. “Ela está, em termos estratégicos, descrita e prevista, mas não creio que nesta altura seja necessário acelerar nenhum preparativo, na medida em que esta opção de ‘Portela mais um’ dará perfeitamente para durante vários anos, e pelo menos seguramente até aos próximos seis ou sete anos, para podermos utilizar as infra-estruturas que temos”, destacou.

Passos Coelho reafirmou que não vale a pena falar do passado, mas sim focar a campanha eleitoral no futuro. Para o líder da coligação Portugal à Frente, “quem quer que estivesse na situação de Portugal, se não quisesse que o país acabasse mal, teria feito mais ou menos o que nós fizemos”.

Num jantar em Setúbal, o líder do PSD considerou estar convicto de que Portugal ultrapassou a fase da emergência social e mostrou-se confiante de que no futuro próximo Portugal poderá dar um “salto qualitativo muito grande” na maneira como vai crescer e criar emprego, para combater as desigualdades sociais: “As pessoas, de um modo geral, sabem que, dadas as condições de partida desta acção governativa, em 2011, quem quer

que estivesse no nosso lugar, se quisesse salvar o país do abismo financeiro, se quisesse responder aos problemas graves que defrontámos, não teria muito de diferente para fazer. Isto não desvaloriza, em nada, as escolhas que fizemos, porque, na verdade, havia quem quisesse que as escolhas fossem outras. Durante estes anos houve várias vozes, sobretudo nos partidos da oposição, que nos aconselhavam a não seguir este caminho, que daria mau resultado, que era preferível fazer outras escolhas”.

De acordo com o chefe do Governo, “aqueles que chegaram ao governo na Europa com a mesma perspectiva que a nossa oposição defendeu para Portugal, acabaram - infelizmente para os gregos e para a Europa - a negociar mais um pacote de ajuda externa, mais um resgate financeiro, que traz dificuldades, mas que é um caminho que quem não tem dinheiro tem de fazer se quiser recuperar a sua economia e a sua liberdade. [...] E nós somos chamados a umas eleições para confirmar que sim, que fizemos bem em cumprir, que fizemos bem em não falhar as nossas metas, porque agora podemos olhar os próximos anos de uma forma diferente, mais esperançosa, do que aqueles que seguiram os conselhos da nossa oposição”.



O povo saiu à rua em Arcos de Valdevez



Centenas de pessoas saíram à rua, com flores laranja e bandeiras da coligação Portugal à Frente e foram ao encontro de Pedro Passos Coelho, em Arcos de Valdevez, no Alto Minho. O presidente do PSD e a restante comitiva percorriam a pé a Rua Soares Pereira. As pessoas que o esperavam, concentradas junto aos Bombeiros, foram então ao seu encontro, enchendo a estrada como uma procissão, que metros adiante se aglomerou à volta de Passos Coelho. Os apoiantes formaram duas filas para que a comitiva passasse pelo meio. Havia moradores de Arcos de Valdevez e de vilas do concelho, como Soajo. Muitos seguiriam depois para o almoço da coligação, na vila de Ponte de Lima. “Pessoal, essas bandeiras todas ao alto, venham para cá”, indicava alguém.

A meio da rua, a multidão rodeou a comitiva. Passos Coelho recebeu flores, abraços e beijinhos, tirou fotos, foi apertado e levado em ombros e quase perdeu os óculos, rodeado de tantas pessoas. A confusão de apoiantes, candidatos, seguranças e jornalistas fez com que a chegada aos Bombeiros levasse quase uma hora. Acompanhavam Passos Coelho o presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves, o cabeça-de-lista da coligação Portugal à Frente no círculo eleitoral de Viana do Castelo, Carlos Abreu Amorim, e dirigentes sociais-democratas e centristas como Marco António Costa, Luís Campos Ferreira e Pedro Mota Soares.

Militantes e apoiantes expressavam admiração pelo Primeiro-Ministro. “Ele é uma jóia de pessoa”, expressou um militante. No final do percurso, um conjunto de bombeiros aguardavam, alinhados, a caravana. Antes de Passos Coelho se aproximar, um elemento da comitiva advertiu-os: “É normal, normal, não há aqui continência”.

INE reforça convicção de cumprimento de défice

O presidente do PSD defendeu que os dados do INE sobre 2015 reforçam a convicção do Governo de que está ao alcance um défice abaixo dos 3 por cento este ano, desvalorizando o impacto do Novo Banco nas contas de 2014. “Havia do lado da oposição uma visão catastrofista

de que nós não conseguiríamos, por via nenhuma, atingir estes resultados, e esta comunicação do INE reforça a nossa convicção de que eles estão ao nosso alcance”, afirmou Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro referiu-se ainda ao impacto do Novo Banco no défice de 2014, reiterando que é uma “contabilização estatística”, sem impacto, e frisando que o Estado já recebeu “mais de 120 milhões de euros de juros



desse dinheiro que emprestou” ao fundo de resolução e, quanto mais tarde for reembolsado, mais juros recebe. “Quanto mais tarde esse dinheiro que emprestamos [ao fundo de resolução] regressar à esfera pública, mais dinheiro em juros o país acumulará. Não é dinheiro que esteja parado”, afirmou. “Trata-se de uma contabilização estatística que não tem qualquer efeito no nosso dia-a-dia. Quando o Novo Banco vier a ser vendido e se ajustarem as contas relativamente ao fundo de resolução e o Estado receber os 3,9 mil milhões de euros, isso também não terá nenhum efeito na nossa dívida nem no nosso défice, terá apenas um impacto estatístico”, completou.

Passos Coelho sublinhou que o défice do ano passado “ficou dentro das metas que eram aquelas que estavam comprometidas com a União Europeia”. Sobre o défice para este ano, o líder social-democrata foi questionado sobre se os dados hoje conhecidos não deixam o Estado mais longe do cumprimento dessa meta, mas Passos respondeu que, pelo contrário, reforçam a perspectiva de a alcançar: “Não, justamente, reforçam-na”. “Nós estamos a cumprir o que estava programado, o nosso Programa de Estabilidade aponta justamente para essa meta. Do ponto de vista da execução orçamental temo-nos vindo progressivamente a aproximar desse objectivo. Creio que mais uns dias, será até ao final da semana, serão conhecidos os números de agosto da execução orçamental, e segundo as indicações de que já dispomos, que são avançadas do lado da receita, são bastante positivas”, sustentou.

O presidente do PSD argumentou que “os dados consistentes” que o Governo teve ao longo de todo o ano apontam para o cumprimento da meta. “Para nós é muito



importante que a meta de 3 por cento de défice possa ser atingida, no sentido em que Portugal fique claramente abaixo do 3 por cento. A nossa meta é 2,7 por cento mas estamos convencidos de que ficaremos claramente abaixo dos 3 por cento”, declarou.

O mundo está a avaliar a União Europeia

Nesse dia, o Primeiro-Ministro expressava o desejo de que o Conselho Europeu desse respostas mais convincentes às questões das migrações, distinguindo a questão humanitária dos refugiados da migração económica, e su blinhou que o mundo está a avaliar a União Europeia. “Eu espero que este Conselho Europeu possa trazer para qualquer destas questões uma resposta que seja mais convincente do lado da União Europeia. O mundo inteiro olha para esta situação e avalia o nível de organização, a importância da própria União Europeia em função das respostas que ela é capaz de dar”, afirmou Passos Coelho.

Falando no final de uma acção de campanha da coligação Portugal à Frente, em Arcos de Valdevez, antes de



partir para o Conselho Europeu, Passos Coelho distinguiu a “tragédia humanitária” dos refugiados e sublinhou que “a Europa não pode demorar muito mais tempo a dar uma resposta consistente a este problema” da migração económica e considerou que “são questões diferentes que têm de ser tratadas de forma diferente”.

Sobre os refugiados, Passos Coelho referiu que o processo de recenseamento das pessoas está a ser “muito imperfeito” e que isso está a atrasar o acolhimento em países como Portugal. “No que está ao nosso alcance estamos a trabalhar intensamente para que possamos tão rapidamente quanto possível ajudar a dar uma resposta de integração efectiva para estas pessoas. [...] Estamos convencidos de que a Europa precisa de se organizar melhor e mais depressa para inverter esta imagem que deu de não estar organizada e preparada para resolver este problema”, declarou.

No mesmo sentido, o presidente do CDS-PP, Paulo Portas, afirmou que neste Conselho Europeu se espera “que a União Europeia dê melhor imagem de si própria”, naquela que é a maior tragédia humanitária desde a segunda Grande Guerra.

Paulo Portas também distinguiu os refugiados de guerra dos migrantes económicos e afirmou relativamente aos primeiros que na “crise humanitária de urgência, a resposta a pessoas que fogem da guerra e a quem tudo foi tirado é uma resposta com urgência, não é tempo para hesitar”.

O cabeça-de-lista da coligação Carlos Abreu Amorim defendeu que é preciso evitar a vitória do PS nas legislativas afirmando que António Costa era número dois de José Sócrates e quer seguir as mesmas políticas. Depois de elogiar a “determinação” e “firmeza” de Passos Coelho na chefia do actual Governo, o cabeça de lista da coligação no círculo de Viana do Castelo declarou que “a alternativa” é votar em alguém que “foi ministro por duas vezes em dois governos que talvez tenham sido os piores que Portugal conheceu”, que “era o número dois do engenheiro José Sócrates” e que “esteve sempre de acordo com ele”.

Carlos Abreu Amorim alegou que o secretário-geral, António Costa, “nunca levantou a sua voz publicamente para discordar de uma só política, de um dos caminhos que levaram à bancarrota”, e “esteve sempre a apoiar essas opções erradas” e continua sem ter “opções muito diferentes”. “Eles ainda hoje estão convencidos de que aquilo que fizeram até Junho de 2011 era o caminho certo, não se arrependem de nada e, se os deixarem, se nós os deixarmos, e não os podemos deixar, voltarão a cometer as mesmas políticas, com as mesmas pessoas”, completou o deputado do PSD.



PS “conta uma história que não existe”

O secretário-geral socialista insiste em “contar uma história que não existe” sobre as contas públicas. Durante uma acção de campanha da coligação PSD/CDS-PP, em Bragança, Passos Coelho citou a declaração que o vice-presidente da Comissão Europeia Valdis Dombrovskis fez à Lusa sobre o impacto da capitalização do Novo Banco nas contas de 2014: “Trata-se de uma questão meramente contabilística e não afecta o trajecto de Portugal na correcção do défice excessivo nem exige medidas compensatórias”. Quanto ao défice registado no primeiro semestre de 2015, em resposta aos jornalistas, o Primeiro-Ministro assegurou que “está de acordo com o que estava previsto no Programa de Estabilidade”.

Segundo Pedro Passos Coelho, os dados da execução orçamental apontam para que os objectivos traçados pelo Governo PSD/CDS-PP “estejam bem encaminhados”. Questionado sobre uma eventual necessidade de reforço de capital do Novo Banco, respondeu que, “nos termos da lei, o actual fundo de resolução e, portanto, o Estado também, o Governo, não pode recapitalizar ao Novo Banco, não pode mesmo”, e que essa será uma responsabilidade do “novo accionista que vier a adquirir o Novo Banco”.

Em reacção à afirmação do secretário-geral do PS de que os resultados do Governo são “uma fraude”, o presidente do PSD sugeriu que António Costa está desesperado: “Não é por as notícias não estarem a correr de feição e aparentemente os resultados não estarem a ser aqueles que talvez o PS esperava que devemos perder a compostura e a serenidade para analisar os dados”.

Passos Coelho acusou o secretário-geral do PS de querer “induzir o país em erro” com “a ideia de que as coisas estão a ir mal no país”, e declarou que “há limites” para a desinformação, “mesmo em campanha eleitoral”.

Sobre os empréstimos feitos pelo Estado português à banca, expressou que “estão a render juros muito

elevados, não são juros normais de mercado, ao contrário daquilo que se está a tentar dizer”, pelo que “não é dinheiro que esteja a ser perdido”. Em relação ao cumprimento da meta de 2,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) fixada para o défice deste ano, manifestou-se confiante na execução orçamental do segundo semestre, e sustentou que o Governo PSD/CDS-PP vai fazer história: “Há muitas coisas que Portugal nunca conseguiu - não é nos últimos anos, é nas últimas dezenas de anos - e que nós vamos conseguir”.

Por outro lado, salientou que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), “a economia portuguesa,

afinal, cresceu mais 0,1 por cento no primeiro trimestre e outro tanto no segundo trimestre deste ano” do que tinha sido inicialmente reportado, e “o rácio da dívida portuguesa está a descer e até ao final do ano ficará situado em cerca de 125 por cento do PIB, quando era 130,2 por cento em 2014”.

Passos Coelho referiu que isso “pode parecer muito incómodo para o PS, que anda a contar uma história que não existe e quer induzir as pessoas em erro”, mas “as coisas são o que são” e “não vale a pena tentar virá-las do avesso”.

Em Mirandela, o presidente do social-democrata





declarou-se disponível para compromissos com todos os partidos com assento parlamentar após as legislativas, e desafiou todas as candidaturas a deixarem de lado o insulto e mostrarem-se disponíveis para o país. “Mantemo-nos totalmente abertos e dispostos a dialogar com todos os partidos em Portugal que, tendo assento no parlamento, queiram ajudar Portugal a construir um futuro melhor. Não é a eleição que temos pela frente que diminuirá, que afectará a nossa atitude de estar abertos a estabelecer compromissos importantes para que o país possa continuar o seu caminho de desenvolvimento”, afirmou durante o almoço.

Em seguida, o presidente do PSD lançou um desafio a todos os partidos que concorrem às legislativas de 4 de Outubro “para que usem a campanha eleitoral para mostrar a sua diferença, para esclarecer as suas propostas, para deixarem de lado o insulto ou a insinuação, mas, sobretudo, que possam mostrar-se disponíveis para unir o país numa eleição que não é uma eleição para este ou para aquele partido, é uma eleição para o futuro de Portugal”.

Vila Real: Passos Coelho pede que não se cavem trincheiras de divisão

O presidente do PSD pediu que nesta campanha eleitoral não se cavem trincheiras que dividam o país, numa intervenção em Vila Real em que começou por cumprimentar o secretário-geral do PS que ali tinha estado há três dias. “Nós temos condições hoje para voar mais alto, mas sabemos que só conseguiremos realmente atingir os nossos objectivos se não andarmos a dividir o país, se não cavarmos uma trincheira em que uns têm de perder para outros ganharem. É possível ganharmos todos em Portugal: ter um país a crescer mais, ter empresas a exportar mais, ter mais emprego e podermos todos ficar bem na fotografia”, afirmou Pedro Passos Coelho, num comício ao ar livre.

Antes, também o presidente do CDS-PP, Paulo Portas,



tinha afirmado que “uma eleição não é uma guerra, é uma escolha”, e que “uma democracia não serve para dividir uma nação”, considerando que é preciso “saber pôr o interesse nacional acima do interesse partidário”.

No seu discurso, o líder social-democrata referiu que “as campanhas tendem a acentuar as diferenças entre os partidos”, mas acrescentou: “Uma coisa é darmos a nossa perspectiva, a nossa visão de futuro, o que queremos. Outra coisa é semear a divisão, é dizer: daqui ou estamos nós ou não está ninguém, e ou estão por

mim ou estão contra mim. Não é assim que se constrói uma nação próspera”.

Neste comício ao ar livre havia centenas de pessoas espalhadas pelo Largo da Capela Nova, em Vila Real, que encheu completamente este espaço e se estendeu para lá da Rua Serpa Pinto. Na assistência, estava o pai do presidente do PSD, António Passos Coelho.

O presidente do CDS-PP, Paulo Portas, apontou Passos Coelho como “o mais confiável, o mais credível”

candidato a primeiro-ministro “e aquele que provou, no quadro desta coligação, ter confiança externa e interna para poder levar o barco a bom porto”. Antes de sair do palco, declarou: “O relógio tem as suas leis e estamos na terra que viu crescer o Primeiro-Ministro, e eu vou-lhe já passar a palavra”.

Passos Coelho optou por dirigir-se em primeiro lugar ao seu adversário António Costa: “Quero cumprimentar o líder do PS, que aqui esteve neste mesmo largo. Não levam a mal que eu cumprimente os meus adversários”. “Ele esteve aqui há alguns dias em Vila Real, esteve com certeza a apresentar as suas razões, a tentar falar ao país. Nós hoje vamos fazer o mesmo”, completou.

Depois de ao almoço se ter declarado disponível para compromissos com todos partidos com assento parlamentar, à noite Passos Coelho fez um discurso em tom cordial, afirmando querer “puxar o país para cima” e “chamar todo o país a mobilizar-se para os próximos anos” para quebrar com o “ciclo vicioso” de resgates externos. A exceção foi para criticar os políticos que “ficam sempre com uma azia enorme cada vez que há bons resultados em Portugal”. No mesmo sentido, Portas tinha lamentado que haja “quem fique triste com as boas notícias para Portugal”.



Passos Coelho alegou que a coligação está a ganhar apoios, dizendo que “todos os dias crescem aqueles que se vão desinibindo e que vão mostrando que não tem nada de errado estar de acordo e apoiar aquilo que deu certo nestes anos”, quando antes “as pessoas às vezes pareciam que se encolhiam”.

Apesar do apelo ao diálogo, defendeu que é preciso “que os próximos governantes e que o próximo Governo não andem preocupados com arranjos de partidos para ver se o Governo dura e se o Governo governa”.

No final do seu discurso, manifestou-se convencido de que PSD e CDS-PP darão “um tiro de partida muito sério para a última semana de campanha e para dar a Portugal uma grande vitória”.

Seis mil apoiantes em Santa Maria da Feira

“Uma maioria para Portugal”



O líder do PSD navegou pela manhã de sexta-feira, pela ria de Aveiro, notando que o défice e a dívida demoram “a inverter a inércia”, metáfora que recuperou quando um jovem lhe pediu menos impostos. “Mas afinal o que é que falta?”, perguntava Pedro Passos Coelho para a comitiva. Depois, observou o mestre da embarcação, o moliceiro “Onda Colossal”, que preparava a embarcação para percorrer um pequeno percurso na ria de Aveiro e concluiu: “Isto é como o défice e como a dívida, demora um certo tempo a inverter a inércia”. Já desembarcado no centro de Aveiro, Passos Coelho, acompanhado pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, e pelos candidatos por Aveiro, Luís Montenegro e João Almeida, fazia uma pausa na esplanada da pastelaria Milano, com águas e ovos-moles sobre a mesa, e foi interrompido por um jovem a quem expôs que não está “a fazer uma campanha de prometer tudo às pessoas” que depois não possa cumprir. “As pessoas estão um bocado cansadas desta publicidade enganosa que sistematicamente acontece todas as eleições. Eu vou votar todas as vezes que sou solicitado, mas também me sinto cansado no final do mês quando vejo a carga fiscal que está no meu recibo”, lamentou-se o rapaz, moreno, de barba e polo azul-escuro. Passos Coelho concordou que “há uma carga fiscal muito elevada, é verdade” e voltou à imagem da “inércia” do barco, ou seja, não é possível mudar completamente de rumo com grande velocidade. “Se for possível fazer mais porque as coisas estão a correr melhor do que estamos à espera, excelente. Ninguém quer lá ficar a encher o dinheiro para o Estado com as pessoas a passar dificuldade”, disse o

também Primeiro-Ministro, repetindo que no próximo ano deverá haver devolução de parte da sobretaxa através de um crédito fiscal, além de uma parte que já não será cobrada desse imposto extraordinário.

A ideia de que os políticos fazem “publicidade enganosa” em campanha foi, aliás, um dos pontos recorrentes da conversa do jovem com Passos Coelho: “Estamos um bocado cansados. Vim cá para alertar que a classe política tem de ter essa sensibilidade”. “Eu agradeço, tenho essa sensibilidade, e é por isso que não estou a fazer uma campanha a prometer tudo às pessoas que não posso dar. Está a ver? Era muito fácil dizer que vamos baixar os impostos todos”, disse o líder social-democrata.

Antes, ainda à mesa, Portas não resistia aos ovos-moles, enquanto recordava campanhas e “rentrées” passadas do CDS em Aveiro, o distrito pelo qual tradicionalmente era cabeça-de-lista e que deixou nestas legislativas para ser o número dois por Lisboa, a seguir a Passos Coelho.

Em directo para a TVI, antes de um comício da coligação PSD/CDS-PP, Passos Coelho afirmou: “Vou dizer aos portugueses que se nós não tivermos uma maioria nestas eleições, quer dizer, que se o Governo não puder encetar os próximos anos com estabilidade, então muito daquilo que nós construímos pode estar em causa”. “Se o Orçamento não for aprovado pelo Parlamento, nós podemos ter simplesmente eleições muito pouco tempo depois”, acrescentou o presidente



do PSD, concluindo: “Pode conduzir a uma instabilidade económica grande que pode obrigar a eleições muito pouco tempo depois. Não creio que isso interesse aos portugueses. Vou dizer aos portugueses que nós precisamos de um Governo estável para poder governar, e isso depende do resultado da escolha que as pessoas vão fazer nas eleições”.

Em directo para a SIC, Passos Coelho apontou como factor adicional de instabilidade o posicionamento dos socialistas: “Depois de tudo o que foi dito, o que os portugueses podem concluir é que não podem contar com o PS para isso. É isso que eu penso que, justamente, as pessoas têm de ter em atenção na altura em que fizerem a sua escolha”.

Interrogado se considera possível PSD e CDS-PP, caso não tenham maioria absoluta no Parlamento, governarem sem o PS, respondeu: “Possível é sempre,

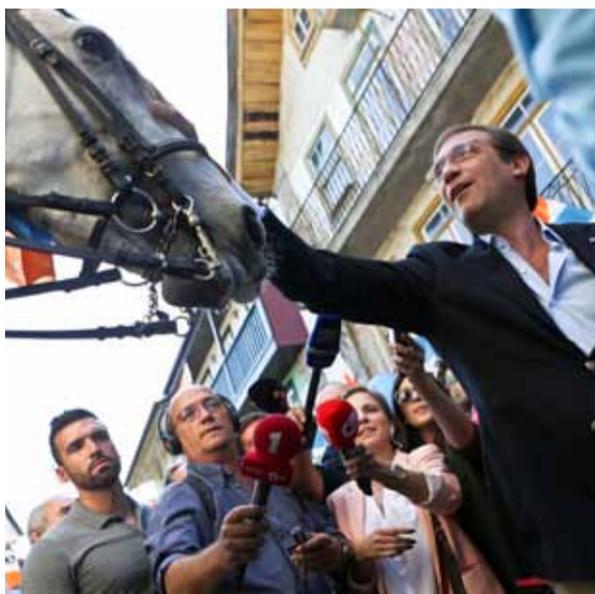


todas as possibilidades teóricas se têm de admitir". Passos Coelho acrescentou que procurará transmitir aos eleitores, sobretudo "a todos aqueles que ainda estão a fazer a sua reflexão", as consequências de uma eventual "maioria negativa no parlamento contra o Governo". "Nós não conseguiríamos cumprir o Programa de Estabilidade, não conseguiríamos cumprir as regras da União Europeia", apontou.

Passos Coelho sustentou que, se não for alcançada uma maioria parlamentar, o actual secretário-geral do PS não deixará a coligação PSD/CDS-PP governar: "Depois de o doutor António Costa ter prometido chumbar o nosso Orçamento a seguir às eleições, nada o impedirá também de dizer que chumbará o nosso programa, porque não há peça mais importante de um Programa do Governo que não seja o seu Orçamento".

dizia "os partidos da maioria, aqueles que suportam o Governo no parlamento, a maioria que está no Parlamento", toda a gente sabia o que estava em causa. "Alguém aqui tem dúvidas sobre o que significa ter uma maioria no Parlamento? Eu acho que os portugueses não precisam dessa explicação", considerou.

Numa intervenção de cerca de meia hora, o presidente do PSD retomou a ideia de que há uma espécie de maioria silenciosa de apoiantes do actual Governo que se aperceberam de que não estão sozinhos. "Cada vez mais somos mais a pensar que é preciso não ir já apenas contra a corrente, porque uma nova corrente se formou: a daqueles que descobriram que afinal não pensavam sozinhos, que estavam muito bem acompanhados pela maioria do país que achava que valia a pena continuar



O presidente dos sociais-democratas pediu uma maioria parlamentar para a coligação PSD/CDS-PP, afirmando que toda a gente sabe o que isso é e que sem isso não poderá governar. "Se nós não tivermos neste parlamento que vai ser eleito pelos portugueses uma maioria para governar, não poderemos governar, porque não teremos sequer Orçamento, e isso significaria que o país voltaria ao tempo da crise política que só poderia ser resolvida novamente com eleições", afirmou Pedro Passos Coelho, num comício em Santa Maria da Feira, pedindo em seguida aos portugueses "uma maioria no parlamento".





este esforço que nós fizemos e não pôr em causa os bons resultados”, disse.

De acordo com o Primeiro-Ministro, “parece que durante muito tempo apoiar esta coligação e este Governo era errado, não era uma coisa que fosse vista como normal, era contra a corrente”, mas “o preconceito de achar que o Governo nunca conseguiria levar o Governo a bom porto” foi superado. “Nós sentimos que as pessoas se desinibiram e conseguem agora ter uma consciência mais aguda da importância do momento que se aproxima”, prosseguiu.

“Vemo-las cada vez mais a pensar: o que é que tem de errado apoiar uma coligação e um Governo que afinal deu certo no país e deu bons resultados? O que não seria normal nem natural era que houvesse uma maioria no país que pensasse que o correto era apostar naqueles que tinham falhado e naqueles que tinham trazido a bancarrota em 2011”, reforçou.

Passos Coelho discursava perante seis mil pessoas - numa sala com cerca de 520 mesas, entre dez a doze lugares - no Europarque de Santa Maria da Feira, o que qualificou de “mobilização histórica” nesta campanha para as legislativas de 4 de Outubro. No final do discurso, pediu aos eleitores que “escolham uma maioria para Portugal”.

Serão pagos 1.200 milhões de fundos europeus até ao fim do mês

De acordo com informação governamental, cerca de 1.200 milhões de euros de fundos europeus serão pagos às empresas até ao final deste mês. Num almoço com empresários, em Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro, o também Primeiro-Ministro adiantou que o Governo está a preparar decisões para acelerar a execução dos fundos do Portugal 2020.

O presidente do PSD introduziu o tema dos fundos europeus com uma comparação entre o que aconteceu

agora e há sete anos, quando o PS estava no Governo. “A diferença é completa”, sustentou.

Depois, apresentou um conjunto de dados: “Nós abrimos já cerca de 450 concursos no âmbito do Portugal 2020. E o valor de fundos europeus que estão em concurso soma já mais de 3 mil milhões de euros. As candidaturas que foram apresentadas, insisto, no total dos fundos, foram mais de 24 mil. E aquelas que já estão aprovadas foram quase 3 mil, com rigor, 2.969. Era a informação que detínhamos até ao final do mês de agosto”.

Passos Coelho disse que o investimento associado às candidaturas que já estão aprovadas é de “1.998 milhões de euros”. “Confirmou-me há pouco o secretário de Estado doutor Castro Almeida que recebemos justamente até esta semana os pedidos de reembolso que as empresas apresentaram”, acrescentou, concluindo: “O mais tardar, até à próxima semana, os pagamentos deverão ser feitos”.

Perante uma sala cheia de empresários, Passos Coelho reforçou: “São, reparem bem, dos quase 2 mil milhões de euros de impacto de projecto de financiamento, de investimento total, isto representa, em termos de fundos europeus, cerca de 1.200 milhões de euros que passarão de Bruxelas para as empresas portuguesas, isto até ao final deste mês”.

Em seguida, o presidente do PSD declarou que os secretários de Estado Manuel Castro Almeida, Pedro Gonçalves e José Diogo Albuquerque “oportunamente terão ocasião de tomar as decisões que são relevantes para que estes processos possam ainda ser mais rápidos”. “E, tenho a certeza, ninguém levantará problemas com isso, porque até o principal partido da oposição, que se atrasou tanto na execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) há sete anos, agora acha que nós temos de andar mais depressa e executar mais rapidamente. Portanto, tenho a certeza de que as decisões que se venham a tomar proximamente para acelerar ainda mais essa execução não será criticada por nenhum partido da oposição”, rematou.



O lapso da oposição sobre a meta do défice

Em Espinho, o presidente do PSD declarou acreditar que o líder socialista cometeu um lapso ao dizer que a execução da despesa do Estado estava em 80 por cento a meio do ano, afirmando que esse valor é de 50 por cento. “Não temos previsto, tenho dito repetidamente, recorrer a medidas adicionais para atingir os nossos objectivos. Ao contrário do que foi dito pelo líder do maior partido da oposição, eu creio que por lapso, que nos atribuía uma execução de 80 por cento da despesa no ano só nos primeiros seis meses, na verdade nos primeiros seis meses nós temos um nível de despesa correspondente a praticamente 50 por cento do ano”, afirmou Passos Coelho.

A meio de uma arruada em Espinho, o chefe do Governo defendeu que “o importante naquilo que foi a execução orçamental divulgada hoje está relacionada com a forma” como se está a tratar “de cumprir a meta do défice abaixo de 3 por cento este ano”.

Confrontado com os alertas da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) relativamente aos riscos de não cumprimento da meta do défice abaixo dos 3 por cento, Passos respondeu que no ano passado por esta altura a mesma entidade também tinha uma previsão mais conservadora do que foi o cumprimento dos objectivos pelo executivo.

Passos Coelho sublinhou que, “ao contrário do que aconteceu noutros anos com outros governantes”, não manda “calar a UTAO nem a impedir que em tempo de campanha eleitoral a UTAO cumpra a sua missão”. “Mas sabemos distinguir o que é uma previsão daquilo que é a nossa execução orçamental”.

Compromisso com os pensionistas, funcionários públicos e desempregados

O presidente dos sociais-democratas dirigiu-se ainda “com humildade” aos pensionistas, funcionários públicos, jovens e desempregados que votaram no PSD e CDS-PP em 2011 e agora estão indecisos, prometendo dar-lhes prioridade na próxima legislatura. “Estamos a falar de pensionistas, de funcionários públicos, de jovens, de pessoas desempregadas que tinham formado a expectativa de que nestes quatro anos as coisas tivessem sido diferentes do que foram. E eu digo-lhes, com humildade: quem não gostaria que as coisas tivessem sido diferentes?”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Em seguida, o presidente do PSD assumiu um “compromisso” com esses portugueses que “estiveram na primeira linha da maioria dos sacrifícios”, dizendo-lhes: “Parece-me de justiça e de equilíbrio que aqueles que mais sofreram sejam aqueles que também possam beneficiar do arranque da nossa economia e do crescimento do nosso país”.

O Primeiro-Ministro considerou que a governação dos últimos quatro anos pode ter desiludido algumas expectativas dos portugueses, e pediu a esses eleitores que “vejam agora nos próximos quatro anos” o que a coligação PSD/CDS-PP pode fazer. “Temos melhores condições para realizar as suas aspirações, para concretizar as suas expectativas e para podermos também nós fazer um pouco mais daquilo que gostaríamos de ter feito mais de 2011 até 2014”, disse. “Digo isto sabendo que se há fama que não tenho é a de ser demagogo ou a de andar a prometer antes de eleições aquilo a que se chama a venda a pataco. Pelo contrário, ao longo destes quatro anos, se há coisa de que me acusam é de não ser pelas facilidades, ter escolhido sempre às vezes os caminhos mais difíceis”, reivindicou.

Passos Coelho começou por dizer que sente “que há ainda um conjunto de portugueses que, na sua reflexão, está ainda hesitante quanto à escolha que deve fazer”.



“Não levem a mal que, agora que estamos a chegar a meio desta campanha, eu pretenda dirigir-me de uma forma especial para todos aqueles portugueses que em 2011 votaram e escolheram o PSD e o CDS-PP e que nos deram uma maioria absoluta de 50 por cento no Parlamento”, prosseguiu. Depois, “com muita humildade”, falou para as “muitas pessoas que estiveram na primeira linha dos grandes sacrifícios que se fizeram”, defendendo que esses sacrifícios “não foram em vão” e que há agora “outra esperança”. “Aqueles que estiveram na primeira linha da maioria dos sacrifícios, é justo que possam também estar na primeira linha da nossa preocupação, agora que o país está a recuperar, agora que nós estamos a engrenar num crescimento económico, num crescimento do nosso rendimento, que eles possam estar também entre os primeiros beneficiários da acção da recuperação do país e da nossa economia”, acrescentou.

Luís Montenegro: António Costa ou rasga promessas ou volta a chamar a “troika”

O cabeça-de-lista da coligação por Aveiro, Luís Mon-

tenegro, defendeu, por seu turno, que o líder socialista terá de rasgar as promessas incumpríveis ou será “o pai e o rosto do quarto resgate” a Portugal. “Se por absurdo”, o PS ganhasse as eleições, o secretário-geral do PS, António Costa, teria de “rasgar as promessas, que são incumpríveis ou seria o pai e o rosto do quarto resgate a Portugal”. “Diz o doutor António Costa que só cai à segunda quem quer, palavras sábias. No meio de tantas gafes esta é claramente uma afirmação certa. Só cai quem quer na aventura de dar a esta comissão de festas a oportunidade de tornarem a trazer a ‘troika’ a Portugal e de serem os pais do quarto resgate socialista da democracia portuguesa”, afirmou Luís Montenegro.

O cabeça-de-lista da coligação Portugal à Frente por Aveiro referiu-se depois ao cenário grego. “Nós não queremos, o nosso povo não quer, ter limitações para quando vai ao multibanco levantar o dinheiro que é seu e depositou numa instituição financeira. Nós não queremos que tenha limitação e que possa aceder aquilo que é seu”, declarou. “Nós não queremos em Portugal que os reformados vão fazer filas às portas dos bancos para receber uma parte da sua pensão. Não queremos que o povo português tenha de chegar a esta situação”, acrescentou.



Os portugueses podem “ter mais esperança no futuro”

Passos Coelho e Paulo Portas discursaram sábado, perante apoiantes numa praça em Marco de Canaveses. “Queridas amigas, meus queridos amigos, bom dia Marco de Canaveses! Muito obrigado! Quero apenas dirigir uma palavra a todos aqueles que estão aqui a apoiar-nos para lhes dizer que temos tido a cada dia que passa uma onda cada vez mais forte”, começou por discursar o presidente do PSD, ao microfone, em cima de um banco de cimento, tendo o presidente do CDS-PP, Paulo Portas, ao seu lado. O discurso do presidente do PSD estava a ser difundido por colunas espalhadas pela praça, mais as palavras de apoio à coligação Portugal à Frente e os Bombos de São Lourenço. Passos Coelho lamentou “que haja ao fim de 41 anos de democracia em Portugal quem ainda não tenha aprendido a lição democrática e considere que a campanha eleitoral não é o momento para unir os portugueses, mas para os dividir”, e pediu a quem acompanha esta campanha eleitoral a partir de casa que condene esses comportamentos.

“A democracia é o respeito pela opinião de todos” e falou num futuro com “uma carga fiscal mais moderada para haver mais emprego e mais investimento”, dirigindo-se para os apoiantes da coligação PSD/CDS-PP: “Precisamos da vossa força, precisamos da vossa mobilização. Respeitamos todos, mas não nos desviamos da nossa direcção. Viva Marco de Canaveses, viva o Norte!”

Antes de regressar ao carro, o presidente do PSD agradeceu também aos apoiantes: “Obrigado pelo apoio extraordinário que nos estão a dar, obrigado pela imagem serena, tranquila, confiante que estamos a transmitir ao país, e continuem connosco”.

O líder do PSD acusou o secretário-geral socialista de preparar uma aliança com PCP e BE, para impedir que um executivo da coligação tome posse e tentar governar “contra a vontade dos portugueses” num

“governo extremista”. “O que nós temos é uma promessa do actual líder do PS que diz aos portugueses: se escolherem a coligação podem ter a certeza que me aliarei aos comunistas e aos bloquistas, não apenas para que esse governo não tome posse e não governe, mas sobretudo que um governo extremista, da esquerda mais radical que existe em Portugal, possa, contra a vontade dos portugueses, procurar governar o país”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Falando num almoço em Felgueiras, o também Primeiro-Ministro defendeu que esta não é uma “visão artificial” mas sustentada na “assunção política” do líder do PS, quando diz que votará contra um orçamento da coligação, mas também que irá “derrubar um programa desse governo”, sendo que este último cenário foi noticiado pelo semanário Expresso mas não foi afirmado por António Costa. Passos Coelho começou por falar da vitória eleitoral através da qual o seu “colega” Alexis Tsipras “conseguiu apoio nos gregos para recusar o radicalismo que antes existia dentro do seu próprio partido” protagonizado pelo ex-ministro das Finanças Varoufakis. “Tive a oportunidade, no último Conselho Europeu, de felicitar o meu colega Tsipras, da Grécia, pelo resultado nas eleições e de lhe desejar, com sinceridade, toda a sorte do mundo, porque os gregos merecem da nossa parte toda a solidariedade e toda a ajuda que lhes possamos dar, mas merecem também ter um Governo que possa cumprir um programa que tire a Grécia da situação em que está, como nós tivemos um Governo que nos tirou da situação que nós herdámos”, declarou.

“Reparem bem que até na Grécia o meu colega Alexis Tsipras conseguiu apoio nos gregos para recusar o radicalismo que antes existia dentro do seu próprio partido. Por isso, eu posso dizer outra vez, quem ganhou as eleições na Grécia desta vez não é exactamente a mesma formação partidária que ganhou as eleições em



Janeiro deste ano”, acrescentou.

De acordo com Passos Coelho, “se o radicalismo tivesse imperado na Grécia” através de Varoufakis a tentar “deitar abaixo o Governo que haveria de cumprir o memorando de entendimento na Grécia, seguramente haveria muito menos esperança que há com o Governo que ganhou as eleições para cumprir o programa que negociou”.

O presidente do PSD recordou que aqueles que pagaram “um preço muito elevado” pelos tempos vividos no país, como o seu pai, um pensionista de 89 anos, sabem que os sacrifícios “não foram em vão”.

“São muitos os portugueses que teriam preferido que isso não tivesse acontecido. Eu posso falar pela minha casa. O meu pai vem com 89 anos e portanto é um pensionista que conseguiu ao longo destes anos ser atingido também por muitas das medidas que nós tomámos - às vezes leio até na comunicação social que ele fica um pouco aborrecido por saber que no Governo se lhe afectou essa condição”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Num almoço comício na Escola Secundária de Fel-

queiras, o líder social-democrata disse saber que o seu pai, como “todos aqueles que pagaram realmente um preço muito elevado” pelos “tempos” vividos no país, reconhecem que os sacrifícios “não foram em vão”.

Antes, referiu que nunca foi “de facilidades” e que se “por facilidade” o Governo tivesse “deixado de fazer o que era preciso”, hoje estaria nesta campanha eleitoral a justificar um falhanço e não a dizer que os portugueses podem “ter mais esperança no futuro”.

União e oportunidades

Num jantar comício em Penafiel, Passos Coelho referiu-se em particular aos desempregados, jovens, aposentados, funcionários públicos e contribuintes da classe média, prometendo-lhes que serão “os primeiros a beneficiar com a recuperação do país” e que na próxima legislatura haverá “condições de lhes dar mais oportunidades de concretizar aqueles que eram os seus sonhos e as suas aspirações”. “Hoje nós podemos dizer-lhes que temos essa garantia e esse compromisso. Já não estamos a viver a emergência dos anos da ‘troika’. E por isso, não, nós não precisamos de cortar pensões. Não, nós não precisamos de aumentar cortes de salários. Não, nós não veremos a economia a contrair e o desemprego a aumentar. Não, nós não teremos de pedir aos nossos jovens mais paciência para que a economia comece a crescer”, afirmou.



De seguida, Passos Coelho declarou que quer “recolher uma maioria que dê estabilidade ao próximo Governo e que permita que o Governo possa ter gente que una o país, que chame todos os portugueses”.

O presidente do PSD descreveu Portugal como um país a “engrenar em crescimento”, com “emprego a ser criado”, acrescentando: “Agora, nós podemos mais, e poderemos nos próximos quatro anos”. Aos eleitores que votaram no PSD e no CDS-PP no passado “e que ainda não se reconciliaram inteiramente” com a coligação no poder, o primeiro-ministro disse que os seus sonhos e aspirações eram também aqueles que o Governo tinha quando iniciou funções.

“Sabem, com certeza, que muitas das expectativas, muitos dos compromissos e das ideias que tínhamos para concretizar tiveram de aguardar que nós primeiro saíssemos da bancarrota e pudéssemos fechar a assistência externa que foi imposta ao país”, justificou.

Passos Coelho defendeu que as medidas de austeridade aplicadas nos últimos quatro anos eram inevitáveis e considerou que “na sua sabedoria simples” as



peças sabem isso.

A este propósito, apontou os casos dos governos socialistas em França e Itália que adoptaram políticas de controlo orçamental, e até do Governo grego do Syriza, para criticar o PS. “Se os Governos socialistas da Europa quando olham para os problemas têm de lhes responder e pôr de lado às vezes algumas das ideias que defendiam antes de chegarem ao Governo, por que é que os socialistas em Portugal não põem os olhos nessas experiências para serem mais prudentes naquilo dizem e naquilo que criticam ao Governo do seu próprio país?”, questionou.

Referindo-se ao Syriza, acrescentou: “Até esses, quando ganharam as eleições na Grécia, perceberam em seis meses que, ou punham o radicalismo de lado, ou então era o país que os punha de lado para resolver os problemas”.

No que respeita à estabilidade, reivindicou que PSD e CDS-PP foram cooperantes e responsáveis quando estiveram na oposição: “Nunca pusemos em causa a viabilização de um Orçamento de um Governo minoritário ou pedimos a votação do Programa do Governo

para o deitar abaixo”, e pediu aos portugueses que comparem esse comportamento com o do PS.

Aguiar-Branco diz que Costa colocou tom da voz “ao nível” de Catarina Martins

O cabeça-de-lista da coligação PSD/CDS-PP pelo Porto, Aguiar-Branco, defendeu que “caiu a máscara” a António Costa, que colocou “o tom da sua voz ao nível da Catarina Martins” e faz Jerónimo de Sousa parecer “um moderado”. “O desespero tomou conta das suas intervenções. António Costa colocou o tom da sua voz ao nível da Catarina Martins e, em vez de se assumir como um responsável secretário-geral de um grande partido como é o PS, reduz-se à dimensão do protesto de ser mais um coordenador do Bloco de Esquerda. À beira dele, como dizemos cá no Norte, até Jerónimo de Sousa parece um moderado”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco.

Num jantar comício em Penafiel, o também ministro da Defesa afirmou que a “aparente simpatia” do



secretário-geral do PS, António Costa, deu “lugar a um inaceitável radicalismo” e “a soberba” deu “lugar ao desespero”. “António Costa julgava que ia ser entronizado primeiro-ministro, como nós dizemos cá no Norte, julgava que não tinha de mostrar serviço”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco.

Num comício em que esteve presente a atleta olímpica Fernanda Ribeiro, Aguiar-Branco opôs a “serenidade e a resiliência” do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, à “agitação e radicalismo” de António Costa e avançou uma explicação para a atitude que imputa ao líder socialista. “Agora, que o teste de stresse à sua capacidade está a dar negativo, agora que foi revista em baixa a sua hipótese de liderar o Governo, agora que baixou o ‘rating’ da sua antecipada vitória eleitoral e, sobretudo, agora que ele percebeu que os portugueses



pensam mesmo pela sua própria cabeça, António Costa deixou cair a sua máscara, a máscara com que iludiu primeiro os socialistas, a máscara com que pretendia agora iludir os portugueses”, afirmou.

Regressando à afirmação de António Costa de que votaria contra um Orçamento do Estado de um governo PSD/CDS-PP, em caso de perder as eleições, Aguiar-Branco argumentou que o secretário-geral do PS mostrou que os seus interesses “estarão sempre à frente dos interesses do país” e desprestigiou o parlamento e o seu futuro grupo parlamentar.

Aguiar-Branco disse inclusivamente manifestar aos candidatos a deputados socialistas “solidariedade”, já que, “afinal, como diz o povo, não vão ter qualquer voto na matéria”.

Porto: Rui Rio considera “extraordinariamente perigoso” programa do PS

O ex-presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, que se juntou à campanha da coligação Portugal à Frente, considera “extraordinariamente perigoso” o programa eleitoral do PS. “Eu acho que aquilo que o PS propõe é muito arriscado. Ou seja, quer andar mais depressa no presente e em nome do presente pode arruinar o futuro”, apontou o ex-autarca durante uma arruada da coligação no Porto, a qual contou com os cabeças de lista por aquele círculo eleitoral e ministros José Pedro Aguiar-Branco e Pedro Mota Soares.

Para Rui Rio, o programa do PS é “extraordinariamente perigoso” e “muito arriscado sob diversos pontos de vista”, já que “acelerar o consumo com base na baixa da Taxa Social Única é muito perigoso porque a procura que se gera pode ser feita lá fora e ainda aumenta as importações”. “Eu acho que é melhor ser prudente agora com o presente, salvaguardando melhor o nosso futuro. Porque se nós arriscarmos muito podemos chocar contra a parede e até acho, sinceramente, na componente técnica, eu era incapaz de acreditar naquilo que eles propõem”, afirmou.

No final da arruada, na qual espalhou beijinhos e panfletos, tirou “selfies”, recebeu elogios mas também algumas críticas, Aguiar-Branco frisou que a presença de Rio “mostra que distingue bem questões de carácter legislativo das questões de carácter presidencial”.



As sondagens não votam



O presidente do PSD afirmou que a coligação Portugal à Frente tem “a alma cheia” do apoio sentido no país mas não tem “o rei na barriga” e sublinhou que “as sondagens não votam”. “A partir de hoje a daqui até às eleições as estações de televisão, os jornais, apresentarão as suas perspectivas de sondagens para as eleições. Já sabem que nós não comentamos as sondagens, olhamos para elas com muita atenção. As sondagens não votam, não são as sondagens que votam, quem vota são os portugueses e daqui até às eleições andamos com a alma cheia com o apoio que sentimos no país, mas não andamos com o rei na barriga”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Falando para apoiantes em Guimarães, o líder social-democrata lembrou que “as eleições em Portugal se ganham no dia 4 de Outubro” e que é para esse dia que PSD e CDS-PP estão a trabalhar, “para que esse dia possa trazer uma grande vitória e uma boa e grande maioria para Portugal”.

“É muito importante que as pessoas possam escolher e escolher é ir votar, e se todos puderem fazer uma escolha consciente, eu confio muito na escolha que os portugueses vão fazer, que há-de ser, estou certo, uma escolha por ter uma maioria estável no parlamento, que deixe o Governo governar e concentrar-se no que é mais importante, que é pôr o crescimento e a economia ao serviço de todos os portugueses”, declarou.

Passos Coelho começou o dia em Vizela, numa acção de rua, onde ouviu palavras de apoio, muitos pedidos de beijinhos e de “selfies”. Antes, tomou café numa esplanada, com o cabeça-de-lista por Braga, Jorge Moreira da Silva, e o primeiro nome indicado pelo CDS-PP, Telmo Correia, e também o primeiro vice-presidente centrista, Nuno Melo. Um apoiante aproximou-se para dar ao presidente do PSD um cachecol do Vizela Futebol Clube, que Passos Coelho aceitou e desdobrou, mas com uma advertência: “Olhe que eu sou do Benfica”. Mas o apoiante também era: “Eu também, eu também”, repetia o homem.

Em Guimarães, Passos Coelho chegou ao largo do Tournal percorreu a rua D. Maria II, passou pelo largo da

Oliveira, sempre rodeado de apoiantes da coligação, até à Associação de Apoio à Criança, instituição onde teve um encontro fechado à comunicação social.

Num almoço comício da coligação em Guimarães, Pedro Passos Coelho, voltou a falar para “quem esteve na primeira linha das dificuldades e dos sacrifícios”, começando pelos reformados “que também pagaram uma fatia dessas dificuldades”, a quem disse: “Já não temos a necessidade como tivemos antes de, em certas circunstâncias difíceis, lhes pedir ainda um contributo adicional. Não é uma promessa vaga. Nós já hoje não temos qualquer medida de restrição nas pensões”. Depois, dirigiu-se aos contribuintes que “fizeram realmente um esforço muito grande”, e referiu-se à sobretaxa de IRS. “Assumimos este compromisso: se a receita fiscal no IVA e no IRS ficar acima do que nós projectamos, então tudo o que vier a mais será devolvido aos contribuintes. E sabemos hoje que estamos em condições em 2016 de cumprir essa norma do Orçamento e que eles irão receber uma parte importante dessa sobretaxa”, afirmou.

Passos Coelho apontou “as pessoas da classe média e aqueles que têm rendimentos mais elevados” como os contribuintes para quem o IRS mais aumentou e declarou que o Governo não encontrou “em 2015 uma forma de lhes garantir a remoção desse excesso representado pela sobretaxa de IRS”, mas deixou aprovada uma norma que prevê um eventual acerto de contas em 2016 em função da receita cobrada em 2015. “E acumularão essa circunstância com o facto de, a partir do próximo ano e nos próximos quatro, todos os anos removermos uma parte da sobretaxa, de modo a que no final da legislatura não exista já qualquer sobretaxa no lado do IRS”, realçou.

Passos Coelho destacou estas medidas falando para os eleitores que não se “reconciliaram” com a coligação PSD/CDS-PP e que “estão a reflectir e a ponderar se realmente vale a pena, se vale a pena vir votar, se vale a pena acreditar que no futuro será diferente”.

O presidente do PSD prometeu fortalecer o Estado social se vencer as legislativas, com “ainda melhor

saúde, ainda melhor educação, ainda melhor apoio social”, remetendo mais detalhes para os próximos dias. “Agora o nosso país está em condições de ter ainda melhor saúde, ainda melhor educação, ainda melhor apoio social, porque agora nós podemos mais. Agora não estamos falidos, agora nós estamos a crescer, e estamos a crescer de maneira sustentada, sem mais dívida”, afirmou o presidente do PSD.

Num discurso durante um almoço de campanha da coligação PSD/CDS-PP, em Guimarães, Passos Coelho acrescentou: “Falarei disto nos próximos dias. Do que podemos, em cada uma destas áreas, ambicionar, concretizar. Na educação, na saúde, na Segurança Social, mas também na reforma do Estado, para lutar contra a burocracia, no aproveitamento dos fundos europeus”.



O Primeiro-Ministro reivindicou que o Governo PSD/CDS-PP tornou o Estado social mais forte, mas considerou que é preciso “dar agora mais consequência” a essa acção. “Sei bem, em todas as áreas sociais, como precisamos de dar agora mais consequência ao fortalecimento que fizemos do chamado Estado social”, disse.

No que respeita à educação, Passos Coelho defendeu que é preciso actuar “logo na origem, logo no ensino básico” para reduzir as desigualdades de aprendizagem.

O presidente do PSD propôs-se fazer isso “com a comunidade educativa, sim, mas também com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com o tecido associativo”, através de um “Programa Saber Mais” que permita “dar uma resposta imediata àqueles que mais dificuldades evidenciam, seja na matemática, seja no português, seja a que nível for”.

No que respeita à economia, afirmou que não quer um país de grandes empresas com rendimento elevado distribuído por poucos. “O que nós queremos é alargar o tecido empresarial português constituído de pequenas e médias empresas”, contrapôs.

Passos Coelho associou a coligação PSD/CDS-PP a “um caminho de crescimento e de justiça social” e, em seguida, pediu “estabilidade política para governar”. Além dos pensionistas e trabalhadores dependentes contribuintes, o presidente do PSD deixou também uma palavra para “os funcionários públicos que pagaram um preço pelo desequilíbrio das contas do Estado”.

Passos Coelho atribuiu a origem dos cortes nos salários do sector público ao anterior Governo do PS: “Ainda nós não tínhamos chegado ao Governo já os salários na Administração Pública estavam reduzidos”. “É justamente essa medida de redução de salário que nós já estamos a remover em 2015 e que prosseguirá durante toda a próxima legislatura, de maneira a poder restaurar os rendimentos de todos os funcionários públicos”, acrescentou.

No final do seu discurso, o presidente do PSD pediu aos portugueses que não se abstenham nas eleições de 4 de Outubro: “Apelo para que escolham votar, escolham estar presente no momento em que se decidirá o que vai acontecer nos próximos anos”. “Responsabilizem sempre os políticos e os governos pelos resultados que eles apresentam, mas por favor olhem para o futuro

do país e acreditem que se temos boas oportunidades para levarmos bem mais longe os bons resultados que fomos acumulando nos dois últimos anos”, completou.

Estatuto de autonomia reforçada para a Universidade do Minho

O presidente do PSD anunciou que, caso vença as eleições, aprovará no primeiro Conselho de Ministros o estatuto de autonomia reforçada da Universidade do Minho, que disse estar “pronto”. “Teremos eleições no próximo fim-de-semana, não vou aprovar esse decreto-lei, que está pronto para a Universidade do Minho (UM), mas quero garantir que no primeiro Conselho de Ministros a seguir às eleições, se eu for Primeiro-Ministro, como julgo que é bem possível que seja, nesse primeiro Conselho de Ministros esse estatuto será outorgado à Universidade do Minho”, anunciou Passos Coelho.

Num encontro com jovens apoiantes da coligação PSD/CDS-PP, em Vila Nova de Famalicão, o também Primeiro-Ministro afirmou que este Governo prestou um “apoio social mais vigoroso”, tanto no ensino básico e secundário, com reforço dos “apoios da acção social escolar”, como no superior, em que foram abrangidos “entre três a quatro mil novos estudantes com acesso a bolsas”.

“Sobretudo, temos hoje, seja por via do desenvolvimento profissional, seja por via daqueles que saem dos politécnicos e das universidades, uma comunidade rica, multifacetada, espalhada por todo o país, não só nas grandes universidades, por todo o país, pelo interior, pelo politécnico, de ‘start ups’ que estão a aparecer todos os dias, levando cada vez mais conhecimento das universidades e dos politécnicos para as empresas e das empresas para o mundo”, acrescentou.

Ainda sobre a Universidade do Minho, Passos Coelho disse que o estatuto de autonomia reforçada foi proposto pela própria instituição, que “é uma das universidades que consegue, não só atrair estudantes de todo o mundo, mas também, e sobretudo, ligar-se ao maior número de empresas no distrito, para conseguir reforçar as exportações e a economia de Portugal, não apenas do distrito de Braga”.

Maioria no Parlamento

Num comício, que encheu o auditório do Parque de Exposições de Braga, com 1.000 lugares sentados, Passos Coelho considerou que “a grande maioria dos portugueses” compreende que não era possível resolver as dificuldades “com facilidade” e que não se poderia “fazer muito diferente” do que fez o Governo PSD/CDS-PP. “Nós sofremos todos muito para chegar onde chegámos. Acho que nenhum de nós, reparem bem, acho que nenhum de nós que esteve no Governo deixou de ter alguém na família que foi afectado ou pelo desemprego, ou pelo salário, ou pelos impostos, ou pela pensão. Eu na minha tenho de tudo isso”, acrescentou.

Segundo o presidente do PSD, os resultados da governação são mobilizadores: “Fechámos o memorando, ultrapassámos a crise económica, estamos a recuperar e a criar emprego, queremos fazer ainda melhor para futuro”. Depois, dirigindo-se eventualmente a eleitores indecisos, Passos Coelho disse-lhes que “não há nada de errado em apoiar o que deu certo”.

“Se não falhámos quando era mais preciso e era mais difícil, haveremos com certeza de acrescentar muita esperança e confiança para todo o país e para todos os portugueses, agora que podemos mais”, argumentou.

Apelando à maioria parlamentar, o líder da coligação assegurou que é contra o poder absoluto e defensor da separação entre a política e a justiça e da lei igual para todos. “Não é por haver uma maioria no parlamento que não temos equilíbrio de poderes e separação de poderes. À justiça o que é da justiça, ao Presidente da República o que é do Presidente da República, ao parlamento o que é do parlamento, ao Governo o que é do Governo, e à sociedade civil o que é da sociedade civil”, declarou Pedro Passos Coelho, num jantar comício da coligação PSD/CDS-PP, em Braga. “Já perceberam porque é que eu não gosto de falar em absoluto. Tal poder não existe, e ainda bem”, acrescentou o presidente do PSD. “Eu gosto de uma democracia em que os poderes se equilibrem, em que as pessoas saibam e confiem que a lei é para todos e é respeitada. O que nós queremos, portanto, não é o absoluto. O que nós queremos mesmo é estabilidade para poder governar, e isso toda a gente sabe o que é”, concluiu.



“Não deixar perder tudo aquilo que foi feito ao longo de quatro anos”



Não existe razão para a coligação Portugal à Frente ter angústia ou apreensão com as eleições legislativas. “Antes pelo contrário, estamos cada vez mais crentes de que conseguiremos chegar a um resultado importante para o país”, declarou Pedro Passos Coelho, num almoço no Bombarral, dia 28.

O líder do PSD argumentou, por outro lado, que, “na política nem todos têm conseguido os mesmos resultados” na governação e que a coligação “deu certo” e está a mostrar “resultados”, advertindo que não há “nenhuma razão para arriscar experiências, voltando a um passado de má memória”. “Não há nada de errado em poder apostar e reforçar aquilo que deu certo no país. Esta coligação deu certo nestes quatro anos e dará certo nos próximos anos quatro se essa for a vontade do povo português”, sustentou.

Para Passos Coelho, “ainda há muita coisa importante para fazer”, pelo que PSD e CDS-PP precisam de “continuar um caminho sério de reforma permanente”, argumentando que “as reformas nunca estão concluídas”.

“Se tivermos estabilidade nos próximos anos, não há dúvida nenhuma, podemos crescer ainda mais, ter ainda mais emprego e, sobretudo, poder conduzir o país a um patamar de ambição superior”, afirmou igualmente Passos Coelho.

Segundo o presidente do PSD, essas aspirações e expectativas são não só as daqueles “que estiveram na primeira linha das dificuldades do passado”, e que serão “os beneficiários do crescimento”, mas as de todos os portugueses, alcançando-se uma “economia

mais democrática, uma sociedade mais justa, com menos desigualdades, em que se possam atacar as desigualdades quando elas começam a aparecer, junto dos jovens e dos núcleos mais vulneráveis”.

A militante social-democrata Zita Seabra juntou-se, segunda-feira, à campanha do PSD e do CDS-PP, sublinhando que vê o apoio dos portugueses à coligação Portugal à Frente “em crescendo”. Zita Seabra apareceu durante uma visita a uma exploração agrícola no concelho das Caldas da Rainha, no distrito de Leiria. Quando a viu, junto a uma estufa para produção de morangos, o presidente do PSD pediu-lhe a sua opinião: “Vai vendo isto assim com uma certa distância, as coisas não estão correndo mal?”. “Estão a correr bem, estão a correr bem. Eu acho que as pessoas estão muito conscientes do perigo que há e, portanto, serenamente, sem grandes sobressaltos, estão a apoiar a coligação”, respondeu a ex-deputada do PSD. “Também temos essa percepção”, concordou Passos Coelho. “Estão em crescendo”, acrescentou Zita Seabra.

Zita Seabra manifestou “esperança que haja uma maioria” para a coligação PSD/CDS-PP, e adiantou que “o perigo” a que se referia na conversa com Passos Coelho é o “de se perder tudo aquilo que foi feito ao longo destes quatro anos”. “Eu acho que esse é o grande perigo, e sobretudo para quem tem empresas e responsabilidades, essa noção de perigo existe. Foram quatro anos muito duros, em que se conseguiu muita coisa”, defendeu. “Eu tenho muito medo das promessas. É qualquer coisa que mete sempre muito receio. Acho que é preciso ter muito bem os pés no chão”, considerou.

Participaram nesta acção de campanha a secretária

de Estado e cabeça de lista em Leiria pela coligação Portugal à Frente, Teresa Morais, e a ministra Assunção Cristas, também candidata neste círculo distrital.



O autarca social-democrata Fernando Costa, ex-presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e actual vereador em Loures, também esteve presente.

Antes, os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, e restante comitiva visitaram uma fábrica de calçado no concelho de Alcobaça. A meio dessa visita, posaram para a fotografia com a mandatária para a juventude da coligação PSD/CDS-PP no círculo de Leiria, Teresa Almeida, que em Dezembro do ano passado ganhou o campeonato mundial de “bodyboard”, que é militante da JSD.

Fernando Nogueira adverte contra “experiências não testadas” do PS

Fernando Nogueira defendeu que, com a “coragem” de Pedro Passos Coelho, Portugal ultrapassou a maior crise económico-financeira da história contemporânea, e advertiu contra as “experiências não testadas” do PS. O ex-presidente do PSD transmitiu estas mensagens sobre as legislativas, num vídeo de apoio à coligação PSD/CDS-PP, que foi exibido num jantar-comício desta candidatura realizado no Expocentro de Pombal, no distrito de Leiria.

No final do vídeo, o antigo ministro considerou que “não basta conferir uma maioria relativa a Pedro Passos Coelho e à coligação Portugal à Frente”, invocando para este efeito a sua experiência enquanto membro do executivo minoritário que governou entre 1985 e 1987. “Muita da nossa energia e esforço eram usados para discutir problemas de lã-caprina no dia-a-dia, desviando a nossa atenção dos problemas mais importantes”, referiu.

Segundo Fernando Nogueira, “Portugal pode assegurar a consolidação da recuperação económica que iniciou”, mas para isso é preciso que seja dada “estabilidade ao Governo, segurança, porque as adversidades são muitas e os factores de perturbação externa continuarão a advir”. No seu entender, o PS “diz ter um caminho alternativo, só que esse caminho assenta em experiências não testadas ainda, sem contornos definidos e das quais não se antecipa um resultado seguro”.

“Pior do que isso, foi essa mesma força que no Governo cometeu erros gravíssimos que levaram ao desastre no país, e a verdade é que até hoje não assumiram frontalmente os seus erros. E é mais do que certo que aqueles que não aprendem com os erros praticados no passado voltam a cometer os mesmos erros no futuro”, sustentou.

Fernando Nogueira começou por lembrar que, em 2011, decidiu quebrar “um longo silêncio político” para apoiar o actual presidente do PSD. “Passada a legislatura, julgo que cumpro o meu dever e que o resultado final é um resultado que retirou Portugal do precipício”, disse. Fernando Nogueira acrescentou: “Registo também a tolerância democrática que ele revelou perante os obstáculos, as hostilidades, as críticas que lhe eram feitas amiúde, como talvez nunca tenham sido feitas a um outro Primeiro-Ministro”.

A democracia portuguesa funcionou num quadro de excepção

O presidente dos sociais-democratas assinalou que a coligação PSD/CDS-PP se apresenta “de cabeça levantada” depois de quatro anos a governar num quadro de excepção em que todas as instituições democráticas funcionaram em equilíbrio de poderes. “A nossa democracia funcionou, num quadro de excepção”, afirmou Pedro Passos Coelho num jantar-comício em Pombal, no distrito de Leiria, em que voltou a defender que “não tem nada de mal” os portugueses votarem na coligação PSD/CDS-PP, optando por “aquilo que deu certo”.

Nesta intervenção, Passos Coelho nomeou como dois grandes objectivos para a próxima legislatura o combate às desigualdades, feito “em parceria” com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), e a promoção da natalidade. “Mas há um outro objectivo nacional importante: levar mais longe a reforma do Estado, centrada no combate à burocracia”, apontou, sem referir propostas concretas.

A presença de bandeiras de Portugal nas acções de campanha da coligação Portugal à Frente tem aumentado, e neste jantar em Leiria tocou pela primeira vez o hino nacional. Depois de no Domingo à noite ter declarado que quer “estabilidade para governar”, em Pombal o presidente do PSD retomou o tema do fun-



cionamento da democracia e do equilíbrio de poderes: “Podemos fechar bem o balanço destes anos dizendo que a sociedade democrática portuguesa foi posta bem à prova como talvez em nenhuma outra circunstância em 41 anos de democracia, e mostrou que os seus alicerces democráticos eram realmente sólidos”.

Segundo o presidente do PSD, “não há dúvida” de que cada um dos órgãos de soberania funcionou. “Ninguém questiona a legitimidade das decisões que foram tomadas. Ninguém veio invocar a falta de funcionamento normal das nossas instituições. Ninguém veio dizer que o Parlamento não fiscalizou”, prosseguiu. “Ninguém veio dizer que os cidadãos, no debate sempre intenso que a austeridade suscitou, não puderam manifestar as suas queixas, as suas apreensões, as suas opiniões. Ninguém veio dizer que foi reprimida ou influenciada a liberdade de expressão, ou sequer a cobertura, a mediação que essa expressão democrática envolve. Não há dúvida, todos exercemos as nossas competências num equilíbrio que resultou não apenas num exercício de maturidade democrática, mas que teve ainda espaço, acima de tudo, para que a conflitualidade social se mantivesse sempre dentro daquilo que é o respeito das regras democráticas”, reclamou.

O presidente do PSD concluiu que a democracia funcionou “em emergência económica e financeira”, e que isso permitiu à coligação “dar hoje aos portu- gueses, com este equilíbrio, a resposta que os portugueses exigiam”.

gueses, com este equilíbrio, a resposta que os portugueses exigiam”.



Portugal reforça apoio a refugiados



Portugal vai reforçar a ajuda à agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e ao Programa Alimentar Mundial, no quadro da resposta da União Europeia à crise das migrações. Falando no final de uma cimeira extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, dia 23, o Primeiro-Ministro Coelho indicou que “Portugal está agora em condições de assumir um esforço suplementar” nos apoios ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e Programa Alimentar, que reduziu a partir de 2011 devido ao pedido de ajuda externa. “Iremos agora retomar, e reforçar até, as ajudas dirigidas ao programa alimentar e ao ACNUR”, disse, apontando que os montantes ainda não estão definidos e serão anunciados em breve.

Lembrando que durante o programa de assistência (2011 a 2014) Portugal viu-se forçado a reduzir “muita da ajuda” que prestava para estes efeitos, tendo a sua prioridade sido “manter razoavelmente a ajuda destinada sobretudo à cooperação com países de língua portuguesa”, o primeiro-ministro disse que será então agora retomados aqueles apoios, e em montantes até “ligeiramente superiores” aos que eram praticados antes de 2011, embora os montantes não estejam definidos.

Este esforço enquadra-se no compromisso assumido pelos líderes da UE de mobilizarem 1.000 milhões de euros adicionais para ajudar os refugiados através do Programa Alimentar Mundial e o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados.

Por outro lado, até final do mês de Novembro devem estar a funcionar os centros de acolhimento e registo de refugiados na União Europeia.

Na declaração final da reunião da semana passada, os chefes de Estado e de Governo acordaram em avançar com os apoios a países mais pressionados “de modo a que todos os centros de acolhimento ou de registo destinados a fazer a recolocação ou o retorno desses refugiados possam funcionar plenamente até ao final do mês de Novembro”. Passos Coelho recordou que a chegada de refugiados a Portugal acontecerá apenas



depois da sua identificação e registo noutros países, sobretudo na Grécia e em Itália. “Portugal não poderá, como é evidente, receber refugiados antes de eles estarem devidamente identificados, registados. Isso faz-se, não em Portugal, mas nesses centros”, explicou.

Os países de acolhimento deverão estar preparados para receber as pessoas, estando Portugal a “avançar razoavelmente nesse trabalho”.

Portugal deverá receber até 4.500 refugiados de um total de 160 mil pessoas, segundo o acordo no seio da União Europeia. O nosso país deverá receber cerca de 70 milhões de euros, até 2020, em fundos comunitários para integrar refugiados e migrantes, segundo uma proposta da Comissão Europeia. Portugal deverá receber mais de 32,7 milhões de euros na rubrica denominada de “Fundo de Asilo, Migração e Integração”. Na rubrica “Fundo de Segurança Interna”, relativa a fronteiras, Bruxelas irá alocar a Portugal quase 19 milhões de euros, enquanto a nível das autoridades policiais o fundo

destinado aproxima-se dos 18,7 milhões de euros. Em seis anos, Portugal deverá receber assim um total de 70.369 milhões de euros. O total a alocar aos 28 países da União Europeia é de 4,4 mil milhões de euros, lê-se no documento apresentado no dia em que decorreu, em Bruxelas, a cimeira europeia extraordinária dedicada à crise de refugiados. O mesmo documento indica que o primeiro pagamento destes fundos a Portugal incluirá, já este ano, 2,3 milhões de euros em relação ao “Fundo de Asilo, Migração e Integração” e 2,7 milhões de euros na rubrica do “Fundo de Segurança Interna”.

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, divulgou que os líderes da União Europeia (UE) vão aumentar a ajuda aos países vizinhos da Síria e mobilizar mil milhões de euros para as organizações que ajudam os refugiados. “Vamos aumentar a ajuda ao Líbano, Jordânia, Turquia e outros países da região”, afirmou Tusk, que destacou também a necessidade de “corrigir a política de portas e janelas abertas e reforçar a protecção das suas fronteiras”.

Anabela Rodrigues

“Europa encontrou uma resposta que reflecte um acordo equilibrado”

Os ministros do Interior dos 28 Estados-membros da União Europeia aprovaram, dia 22, por uma ampla maioria a distribuição entre eles de 120.000 refugiados, anunciou a presidência luxemburguesa no Twitter. A aprovação desta medida vinculativa para os 28 ignorou a oposição às quotas propostas por Bruxelas de vários países do leste europeu, que votaram contra: Eslováquia, Roménia, República Checa e Hungria, ao passo que a Finlândia se absteve. “A decisão sobre a realocação de 120.000 pessoas [foi] adoptada por uma larga maioria dos Estados membros”, indicou a presidência da UE, após uma reunião de emergência em Bruxelas.

Um diplomata da UE revelou à agência de notícias francesa, AFP, que a decisão foi tomada por uma maioria qualificada, o que significa que a Comissão não conseguiu obter o apoio unânime dos 28 Estados membros para o seu plano antes da cimeira de emergência de quarta-feira dos líderes europeus sobre a pior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial.

Segundo a mesma fonte, dos 120.000, cerca de 66.000 migrantes a quem foi concedido asilo foram distribuídos por Grécia e Itália que, juntamente com a Hungria, têm suportado o peso da vaga migratória que foge à guerra e à instabilidade no Médio Oriente e em África.

O Ministério da Administração Interna (MAI) confirmou que Portugal vai acolher “até 4.500” refugiados que estão em Itália e na Grécia. “Foi hoje aprovada, em Bruxelas, no Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) Extraordinário, uma decisão do Conselho que estabelece medidas adicionais no domínio da protecção internacional a favor de Itália e da Grécia. Portugal, que votou favoravelmente a proposta de Decisão, acolherá, ao longo dos próximos dois anos, até 4.500 beneficiários de protecção internacional”, lê-se no comunicado do gabinete de imprensa do MAI.

O Ministério dirigido por Anabela Rodrigues recordou que o Conselho de “aprovou a proposta de recolocação de emergência para mais 120 mil pessoas requerentes de asilo, a que acrescem os 40 mil abrangidos pela Decisão adoptada no Conselho JAI Extraordinário do passado dia 14 de Setembro”. Estas pessoas encontram-se na Grécia e Itália, especificou-se.

No texto do MAI, lembrou-se também que, “conforme tinha já referido no Conselho Extraordinário do passado dia 14, Portugal manifestou abertura para, em linha com a proposta da Comissão Europeia, acolher até 4.500 requerentes de protecção internacional”.

Em Bruxelas, a ministra considerou que a Europa encontrou uma “resposta que reflecte um acordo equilibrado”, em relação à recolocação de 120 mil refugiados, e informou que se mantém os números de pessoas que irão para Portugal.

Portugal vai receber 30 refugiados oriundos de Itália, durante a primeira quinzena de Outubro a pedido da Comissão Europeia, anunciou, por sua vez, o ministro Poiares Maduro. No final da cerimónia de assinatura de três memorandos relativos ao acolhimento de refugiados, o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional adiantou que Portugal foi convidado pela Comissão Europeia para integrar um projecto-piloto, juntamente com um número reduzido de países.

Poiares Maduro adiantou que a escolha dessas pessoas será feita pela Comissão Europeia e por Itália e que assim que estiver feito esse perfil, ele será usado no



trabalho que já está a ser feito entre as organizações nacionais de levantamento das disponibilidades. Este levantamento está a ser feito por todo o país e foi hoje formalizado com a assinatura de três memorandos entre

o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Comissão Permanente do Sector Social e Solidário (CPSS), Associação Nacional de Municípios (ANMP) e Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

AS DEZ EVIDÊNCIAS QUE A OPOSIÇÃO INSISTE EM NEGAR

1. Reconquistar a autonomia depois de uma saída “limpa” da “troika”
2. Economia Portuguesa sai da recessão e entra na rota do crescimento com melhor desempenho na Europa
3. Descida da taxa de desemprego para valores inferiores a Junho de 2011
4. Recuperação de mais de 220 mil postos de trabalho desde início de 2013
5. Confiança dos consumidores atingiu valores máximos dos últimos catorze anos
6. 24 mil novas empresas abriram portas desde Janeiro de 2015
7. Portugal é um dos 10 destinos turísticos mais competitivos da Europa, com receitas que batem recordes e ultrapassam os 10 mil milhões de euros
8. Segundo a revista Forbes, Portugal é o melhor País para se investir
9. 2014 foi o melhor ano de sempre no volume de exportações de bens. Portugal foi o quinto país da União Europeia em que este tipo de exportações mais cresceu
10. Portugal sobe no “rating” dos mercados devido à estável recuperação da economia (Standard & Poor’s). Com o rigor nas contas públicas, o défice público fica abaixo dos 3% e a dívida pública desde pela primeira vez em quinze anos

Conselho de Ministros de 24 de Setembro de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC), gerido pela Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD), e vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos financeiros de capitalização de empresas com recurso a financiamento de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Este fundo, com autonomia administrativa e financeira, terá particular atenção às fases de criação e de arranque de empresas (start-up, seed, early stages), bem como a empresas com projectos de crescimento e/ou reforço da capacitação empresarial para o desenvolvimento de novos produtos e serviços ou com inovação ao nível de processos, produtos, organização ou marketing.

Foi também aprovada a criação do Fundo de Dívida e Garantias, igualmente gerido pela Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD), vocacionado para operações que visem colmatar insuficiências de mercado no financiamento das PME, com recurso aos FEEI.

Este fundo, em conjunto com o Fundo de Capital e Quase Capital, vai acelerar a actividade financeira do IFP e a abertura de concursos para que os operadores de mercado apresentem propostas de criação de instrumentos financeiros de apoio às empresas.

2. O Conselho de Ministros reforçou a autorização de realização de despesa para apoio financeiro do Estado a estabelecimentos de ensino artístico especializado que celebrem contratos de patrocínio para os anos lectivos de 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.

O reforço agora autorizado para aquele triénio é de 12 milhões de euros. Esta medida permite garantir a estabilidade e a continuidade das condições do acesso dos alunos às ofertas curriculares do ensino artístico, após terem sido uniformizados os valores de referência e os critérios de financiamento para os estabelecimentos de ensino artístico especializado.

3. O Conselho de Ministros ratificou o Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado Português e o Município do Porto e os actos necessários à sua execução.

Este Memorando, que contempla uma compensação financeira a atribuir ao Município do Porto que ascende a perto de 36 milhões de euros, visa por termo a um conjunto de questões pendentes de decisão, incluindo decisão judicial, respeitantes ao município do Porto e relativos a diferendos sobre a titularidade de bens.

4. O Conselho de Ministros estabeleceu as condições em que é permitida a emissão de novas Obrigações do Tesouro, com taxa de juro variável, designadas Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (ORTV).

As condições estabelecidas para as novas ORTV obedecem ao regime geral de emissão e gestão da dívida pública, nos limites da Lei do Orçamento do Estado para 2015.

Esta emissão de ORTV tem como objectivo a dinamização do mercado de dívida pública portuguesa através da diversificação e alargamento do conjunto de instrumentos financeiros existentes, designadamente pela disponibilização de um instrumento de médio e longo prazo, com uma taxa de juro nominal variável e transaccionável em mercado secundário.

5. O Conselho de Ministros aprovou o diploma que fixa os efectivos das Forças Armadas para o ano de 2016, num quantitativo global inalterado em relação a 2015.

Foram consideradas as necessidades estruturais e as actividades das Forças Armadas previstas para o ano de 2016, bem como os objectivos, em matéria de efectivos, fixados na Resolução do Conselho de Ministros que aprovou, em Abril de 2013, as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma Defesa 2020.

6. O Conselho de Ministros aprovou a transposição da directiva da União Europeia que estabelece um espaço ferroviário europeu único.

Este diploma estabelece as regras aplicáveis em matéria de gestão da infra-estrutura ferroviária e de actividades de transporte por caminho de ferro das empresas ferroviárias, bem como as condições de acesso à actividade das empresas de transporte ferroviário.

A directiva agora transposta tem como objectivos a promoção do desenvolvimento dos caminhos-de-ferro da União Europeia, o estabelecimento dos princípios gerais para a emissão de licenças às empresas ferroviárias, a coordenação dos mecanismos que regulam a repartição da capacidade da infra-estrutura ferroviária nos diferentes Estados-Membros e a tarifação da utilização da referida infra-estrutura.

7. O Conselho de Ministros aprovou também a transposição da directiva da União Europeia relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade.

Trata-se de uma directiva que pretende assegurar a harmonização de procedimentos, promovendo a adaptação dos operadores e das entidades administrativas aos imperativos europeus no domínio da interoperabilidade.

8. O Conselho de Ministros extinguiu a Comissão Interministerial de Coordenação da Resposta ao Ébola, criada a 31 de Outubro de 2014.

Esta decisão decorre do facto de a Plataforma de Resposta à Doença pelo Vírus Ébola, responsável pela coordenação técnica para a prevenção e resposta, assegurar o acompanhamento da situação ao nível nacional e internacional, hoje controlada.

De salientar ainda que foram celebrados protocolos entre as várias entidades intervenientes, fixando as obrigações de cada uma e, em consequência, a garantia de que os respectivos serviços assegurarão eventuais necessidades neste âmbito.

9. O Conselho de Ministros aprovou o projecto de emparcelamento das freguesias de Azinhaga, Golegã e Riachos, dos concelhos da Golegã e de Torres Novas, distrito de Santarém.

A execução deste projecto, que inclui a execução da rede de caminhos agrícolas e da rede de enxugo e drenagem, a limpeza do rio Almonda, a sistematização de terrenos, a remodelação da rede de furos de captação de água para rega, a reorganização da rede de distribuição de energia eléctrica, a valorização e integração paisagística, a demarcação e titulação de novos lotes, indemnizações e monitorização ambiental, tem uma duração máxima de três anos e um encargo estimado em cerca de 9,58 milhões de euros.

10. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à alteração do reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Saúde do Alto Ave, autorizando este instituto a sediar-se no concelho de Amares.

Crescimento homólogo e em cadeia revistos em alta

A revisão em alta dos níveis do PIB de 2013 a 2015, divulgada pelo INE, implicou também uma alteração no crescimento homólogo e em cadeia da economia portuguesa nos dois primeiros trimestres deste ano. De acordo com os números revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,6 por cento em termos homólogos e, no trimestre seguinte, cresceu novamente 1,6 por cento face ao mesmo período do ano passado, um valor que fica, em ambos os casos, uma décima acima do anteriormente divulgado.

Também os crescimentos em cadeia nos dois primeiros trimestres de 2015 foram revistos em alta e, segundo os dados hoje conhecidos, a economia portuguesa cresceu 0,5 por cento tanto no primeiro como no segundo trimestres deste ano face aos três meses imediatamente anteriores, uma décima a mais do que o que tinha sido divulgado, respectivamente.

A 29 de Maio, o gabinete nacional de estatística tinha divulgado que o PIB cresceu 1,5 por cento entre Janeiro e Março deste ano em relação aos mesmos meses de 2014 e que, face ao trimestre anterior, a economia tinha crescido 0,4 por cento. A 31 de Agosto, quando foram revelados os números relativos ao segundo trimestre deste ano, o INE indicou que a economia tinha aumentado novamente 1,5 por cento face ao mesmo trimestre do ano passado e que tinha crescido 0,4 por cento em relação aos três meses anteriores. O INE reviu em alta o nível do PIB de 2013 em 0,5 por cento, colocando a dimensão da recessão nesse ano em 1,1 por cento, a qual foi menos profunda do que o contabilizado anteriormente. Em 2013, o PIB foi de 170.269 milhões de euros e não de 169.394,9 milhões como anteriormente calculado pelo INE, sendo que este nível mais elevado do produto altera também a variação do PIB face ao período homólogo, que foi de -1,1 por cento (e não de -1,6 por cento), permanecendo o deflator do PIB, que indica a variação dos preços na economia, "praticamente inalterado".

O INE indica que esta revisão tem origem, essencialmente, na componente investimento e esclarece que "a diferença de resultados radica na disponibilidade de um maior volume de informação, nomeadamente de natureza estrutural e origem administrativa, e um maior detalhe na sua apropriação pelas Contas Nacionais Anuais". As revisões introduzidas para 2013 tiveram também impactos nos números de 2014, "conduzindo à revisão nominal em alta do nível do PIB em 0,2 por cento" nesse ano.

Votar em quem salvou Portugal

A cabeça de lista social-democrata às legislativas pelos Açores, Berta Cabral, afirmou, no primeiro jantar-comício da candidatura, que votar no PSD é “votar em quem salvou o país”, sublinhando que foi o PS a chamar a “troika”. Perante várias dezenas de apoiantes com bandeiras do partido e dos Açores, em São Vicente Ferreira, no concelho de Ponta Delgada, Berta Cabral apontou vários indicadores de crescimento económico para considerar que a recuperação do país “não é obra do acaso”, mas um trabalho de coragem e firmeza, da responsabilidade de “quem não se desvia um centímetro do rumo que traçou”. “Votar no PSD é votar em Pedro Passos Coelho, é votar na continuação do nosso primeiro-ministro, que bem merece, por todo o trabalho que teve para recuperar o nosso país”, afirmou.

Berta Cabral, que é também secretária de Estado da Defesa Nacional, realçou que, ao chegar ao Governo, Passos Coelho encontrou o país numa situação insustentável, sem dinheiro para pagar salários e pensões, mas conseguiu iniciar uma recuperação que fez com que não fosse preciso um segundo resgate, como a oposição previa, mesmo depois de os socialistas terem “enterrado” o país. “Para que não haja dúvidas, vou aqui afirmar bem alto e a bom som: quem chamou a ‘troika’ foi o Partido Socialista do anterior primeiro-ministro de Portugal, o engenheiro José Sócrates”, sublinhou.

Por isso, segundo a social-democrata, votar em António Costa é entrar em aventuras, já que o secretário-geral do PS “não está preparado” para ser Primeiro-Ministro.

No caso dos Açores, Berta Cabral lembrou que foi sob o Governo de Passos Coelho que o espaço aéreo da região foi aberto e que houve uma redução de impostos, depois de o memorando com a “troika” (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) ter eliminado o diferencial fiscal do arquipélago em relação ao continente ao nível de IRS, IRC e IVA.

Recordando uma das prioridades apontadas no manifesto da sua candidatura, apresentado na semana passada, a social-democrata, que já foi presidente da Câmara de Ponta Delgada, prometeu uma grande proximidade com os cidadãos: “Queremos ouvir, dar-vos os nossos ‘e-mails’, os nossos telemóveis, para nos contactarem sempre que for preciso, para na Assembleia da República termos a nossa voz”.



Nova utilização civil da Base das Lajes já está em andamento

A cabeça-de-lista do PSD/Açores à Assembleia da República congratulou-se com o facto de “já estar em andamento o processo que vai criar as novas condições de utilização civil da Base das Lajes”. Berta Cabral falava após um encontro com o Comandante da Zona Aérea dos Açores, dia 28, lembrando que “o Primeiro-Ministro já tinha anunciado publicamente a intenção do Governo da República em incrementar e agilizar toda a operação civil na Base das Lajes, e é isso que está a ser feito”. “Trata-se também de mitigar, de forma muito clara, a redução do efectivo militar americano nas Lajes, e as consequências económicas que isso terá na Ilha Terceira. Através do reforço nos projectos candidatos a fundos comunitários, com o compromisso de Lisboa no aumento dos fundos estruturais a eles destinados”, explicou.

“Na reunião do dia 17 estiveram a Força Aérea Portuguesa, a nova direcção da aerogare civil, as companhias aéreas e serviços de segurança, o director regional dos transportes e as demais entidades ligadas ao processo, o que mostra a vontade existente para que se inicie um novo paradigma”, reforçou Berta Cabral.

A social-democrata disse ainda que, “nas medidas propostas pelo Governo da República, e que já foram apresentadas pelo Primeiro-Ministro ao presidente do governo açoriano, garante-se o aumento das verbas do Orçamento do Estado a alocar à Região para projectos concretos, o processo da vinda das companhias ‘low cost’, que está em negociação, e um novo estatuto fiscal para as empresas que se fixarem no perímetro do porto da Praia da Vitória”, referiu.

Berta Cabral lembrou que, “ao Governo Regional, cabe agora apresentar projectos que possam aceder aos fundos comunitários, que serão depois aprovados e terão também verbas próprias do Orçamento do Estado. Aguardamos que o Governo Regional apresente esses projectos concretos”, frisou. “No que diz respeito ao porto da Praia da Vitória, há um dossier em preparação, e estamos prontos para que tudo fique acertado na próxima legislatura”, adiantou.

A candidata do PSD/Açores não deixou de enaltecer “o trabalho valoroso que a Força Aérea Portuguesa desempenha nos Açores”, nomeadamente através “de uma média anual de cerca de 200 evacuações aéreas, que agora também podem ser feitas directamente para Lisboa”. “Trata-se de um valor acrescentado nos cuidados que assistem aos açorianos. A Força Aérea Portuguesa tem sido essencial em termos de segurança, saúde e fiscalização, busca e salvamento, traduzindo-se em muitas vidas salvas. É uma missão que tem sido levada a cabo com muita dedicação e empenho”.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Mensagem de Cavaco Silva

UMA DATA A ASSINALAR



Há um ano, em 6 de Outubro de 1985, o PSD venceu as eleições legislativas. Alcançou o seu melhor resultado de sempre a nível nacional concorrendo com listas próprias. Afirmou-se claramente como o maior partido português. É uma data acrescentada a outras que ao longo da história do nosso Partido se foram destacando.

Naquele dia, à nossa esperança, juntámos a nossa certeza — a certeza de que havíamos de conseguir.

O resultado então obtido pelo PSD é tanto mais significativo quanto essas eleições quebraram as fidelidades partidárias tradicionais e produziram o primeiro grande choque no quadro partidário da democracia portuguesa.

As consequências dos abalos sofridos por algumas forças partidárias são bem visíveis e continuarão a fazer-se sentir no futuro.

Em 6 de Outubro de 1985 o Povo Português apoiou o projecto de mudança que lhe propusémos, acolheu favoravelmente o nosso discurso e a prática política que lhe apresentámos. O Povo Português viu no PSD a alternativa ao empobrecimento crescente e à descrença generalizada, o veículo da esperança, do desenvolvimento, do progresso e da justiça social, a força capaz de responder ao desafio da integração de Portugal nas Comunidades Europeias.

A vitória de 6 de Outubro foi também a arrancada decisiva para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro seguinte, em que o PSD reforçou novamente a sua posição, aumentando significativamente o número de presidências de Câmaras, maiorias absolutas e de elementos para os diversos órgãos do poder local.

As eleições de 6 de Outubro de 1985 colocaram o nosso Partido como referencial de estabilidade e de progresso, depositário da confiança e aspirações de grande percentagem dos portugueses.

Na sequência da vitória nas eleições legislativas, assumimos como prometido a responsabilidade de formar Governo. Face aos desenvolvimentos políticos emergentes das eleições formámos um Governo baseado apenas no PSD, sem apoio parlamentar maioritário, que tomou posse em 6 de Novembro e cujo programa foi aprovado pela Assembleia da República em 20 do mesmo mês.

Na cerimónia de posse afirmámos que saberíamos demonstrar pela eficácia da nossa acção, pelo sentido de serviço público e pela isenção da nossa conduta que o Governo serviria os interesses de Portugal. Hoje podemos afirmar que não receamos ser julgados pelos Portugueses por aquilo que temos feito.

O dia 6 de Outubro de 1985 marcou o início de um novo ciclo político na democracia portuguesa. Não é apenas a posição destacada do PSD em relação às outras forças partidárias — é também o desenvolvimento de uma nova linguagem e prática políticas, é a afirmação de uma nova forma de exercer o poder. Governamos em espírito de coesão, definimos claramente os objectivos, temos demonstrado capacidade de decisão e produzimos trabalho. Preparamos cuidadosamente as acções que empreendemos e garantimos a necessária articulação. Orienta-nos a preocupação de em todas as circunstâncias dignificarmos o Estado e o respeito pela coerência, pela isenção, pela competência, rigor e transparência.

O PSD é, graças ao esforço dos seus militantes e simpatizantes, o motor deste novo ciclo político que se vive em Portugal.

Um ano volvido sobre 6 de Outubro de 1985, temos todos o justo direito de reviver, agora com mais fortes razões, a grande alegria que naquele dia vivemos.

Lisboa, 6 de Outubro de 1986

Passa hoje um ano sobre a vitória do PSD nas eleições legislativas de 1985.

O voto de 1985 constituiu uma manifestação clara de inconformismo com a situação existente. Mas foi essencialmente uma afirmação de confiança no PSD; a afirmação de que a esperança se renovava, que os Portugueses queriam um Governo do Professor Cavaco Silva.

Sabíamos das dificuldades, não prometemos o impossível; mas estávamos animados da certeza de que as coisas podiam mudar para melhor.

Com trabalho, com dedicação, com a coerência dos grandes princípios que nos norteiam, alterámos, para melhor, o rumo dos acontecimentos porque contamos com o esforço de um Povo multiseccular que quer continuar orgulhoso da sua Pátria.

Foi consciente das suas grandes responsabilidades que o PSD aceitou formar Governo.

O ano que acaba de passar provou que o Governo está a fazer o que promete. Melhorou o nível de vida dos Portugueses. O Governo cumpriu.

Está em curso um novo ciclo em Portugal.

Contra a regra do adiar

sucessivo das questões, respondemos com coragem para enfrentar os problemas por mais difíceis que sejam; ao conformismo, respondemos com a determinação; ao cruzar dos braços, respondemos com a vontade de vencer pelo trabalho; aos apelos, dos Portugueses mais desfavorecidos, respondemos com mais solidariedade, mais justiça social; à política inconsequente e imediata respondemos com a coerência e a dignidade devida aos assuntos de Estado.

Sabemos que a Social-Democracia não é uma realidade estática. É movimento. Há ainda muito caminho por andar. Temos vontade e pressa de o percorrer, apesar de conscientes das dificuldades que nos têm sido levantadas e que porventura vão continuar a sê-lo.

Ao nosso esforço de construção tem alguma oposição respondido com dificuldades ininterruptas, com obstruções sistemáticas.

Poderíamos ter andado mais se a oposição se preocupasse sobretudo com os interesses de Portugal e dos Portugueses.

Estamos tranquilos: Sabemos que na altura própria o Povo Português

Conferência de Imprensa assinalou 6 de Outubro

O PSD É UM REFERENCIAL DE ESTABILIDADE POLÍTICA



A Comissão Permanente do PSD concedeu na passada segunda-feira, uma conferência de Imprensa, evocativa da vitória eleitoral de 6 de Outubro de 1985, a que estiveram presentes os presidentes das Comissões Políticas Distritais do Partido. Antes do período de perguntas e respostas, o vice-presidente Correia Afonso leu a declaração que publicamos na íntegra.

Julgará uns e outros.

É desse julgamento que algumas oposições têm medo.

O Partido Comunista aposta sempre no quanto pior melhor, e, por isso, desespera ao dar-se conta de que em Portugal há um Governo que faz, que resolve, que governa. Não surpreende.

Mas já não se compreende que em matérias fundamentais que têm a ver com o desenvolvimento económico, e com a segurança dos cidadãos e do Estado, alguns partidos da oposição democrática se tenham colocado em sintonia e a reboque do Partido Comunista.

É com preocupação que

constatamos o comportamento de alguns partidos democráticos de oposição, que cristalizaram, e se encontram por isso fechados à realidade do presente e do futuro.

Os Portugueses nada podem esperar dessas oposições que apenas olham o passado, que se deixam toliher por métodos e ideais

ultrapassados e que não compreendem o sentido da modernidade.

Nós, PSD, queremos o progresso e a estabilidade, por isso continuaremos a apoiar o Governo.

Sabemos que só ele é portador de uma ideia para o nosso País; só ele se mostra capaz de promover

Continua na página 10



Mobilizar o futuro

Jaime Quesado (*)

Portugal está de parabéns. O sucesso do Centro de Inovação e Laboratorial da Fundação Champalimaud, mesmo junto ao Tejo, é um exemplo muito concreto do que devem ser as respostas positivas ao nosso futuro colectivo. O Investimento da Fundação Champalimaud veio demonstrar que há uma capacidade muito concreta de Portugal e dos seus principais protagonistas conseguirem “agarrar” com sucesso a decisiva Rota da Inovação e desta forma alterar dum vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Económico para o futuro. Por isso, com esta escolha de Champalimaud fica claro para todos que só há um regresso possível – o do futuro e protagonizado por todos.

Portugal precisa efectivamente de alavancar esta aposta da Fundação Champalimaud, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos Sectores Competitivos em que actuar; selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para aposta em Investimento de Inovação. Com o exemplo da Fundação Champalimaud, não podemos parar.

O Investimento em Inovação desempenha no momento presente um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do Investimento de Inovação associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se dum abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. A Fundação Champalimaud está para ficar. Num tempo global em que a aposta no valor e na competitividade devem ser uma motivação colectiva da sociedade portuguesa, aí está um exemplo a seguir.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Leiria, para reunir nas respectivas secções de inscrição, Alcabça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no próximo dia 31 de Outubro de 2015 (Sábado) pelas 18h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único- Eleição dos Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital
- Comissão Política Distrital
- Conselho de Jurisdição Distrital
- Comissão Distrital de Auditoria Financeira
- Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Notas:

- Locais de votação e entrega de listas

Alcabça – Sede do PSD – Rua Eng.º Joaquim Viera da Natividade, Bloco D

Alvaiázere – Sede do PSD – Rua D. João I

Ansião – Sede do PSD – Av. Dr. Victor Faveiro

Batalha – Sede do PSD – Rua D.ª Filipa de Lencastre

Bombarral – Rua Manuel Lima de Souto, nº 10, R/C Dtº

Caldas da Rainha – Sede do PSD – Praça 5 de Outubro

Castanheira de Pera – Sede do PSD – Largo Manuel Dinis Henriques

Figueiró dos Vinhos – Sede do PSD – Rua Dr. Manuel Simões Barreiros

Leiria – Sede do PSD – Rua Dr. José Jardim

Marinha Grande – Sede do PSD – Av. 1º de Maio

Nazaré – Sede do PSD – Rua da Sub Vila, Edifício Gameiro

Óbidos – Sede do PSD

Pedrógão Grande - Sede do PSD – Largo da Restauração

Peniche - Sede do PSD – Rua Alexandre Herculano

Pombal - Sede do PSD – Rua Dr. Luís Torres

Porto de Mós – Sede do PSD – Rua Padre Manuel Espírito Santo

- As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32- Leiria, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (Quarta feira dia 28 de Outubro).

A sede encontra-se aberta para o efeito das 22h00 até às 24h00.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, igualmente até às 24 do dia 28 de Outubro.

- As urnas estarão abertas em todas as secções das 18h00 às 22h00.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2015 (sábado) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos concelhios

- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lisboa, para reunir no próximo dia 13 de Outubro de 2015, (terça-feira), pelas 21h00, na sede da distrital, sita na Praça São João Bosco, nº 3 - B, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Análise da situação política

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no próximo dia 07 de Novembro de 2015 (sábado) pelas 18h00, na sede, sita na Praça 5 de Outubro n.º 1, Sala 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção;

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede sita na Praça 5 de Outubro N.º 1, Sala 2,

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 16 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Leitura, discussão e votação da acta da última Assembleia

2 - Análise da situação política local

3 – Análise dos resultados eleitorais, perspectiva nacional, distrital e concelhia

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção,

sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise da situação política nacional e local / eleições legislativas

2 – Próximas eleições – presidenciais e concelhias



VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Outubro de 2015, (sábado), pelas 15h00, na sede da Secção, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção; e da Comissão Política de Secção

Nota:

– As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46 que para o efeito estará aberta, nesse dia, das 09h00 às 24h00

– As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Covilhã para eleição da Concelhia, no dia 31 de Outubro de 2015, pelas 14 horas, na Sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, n.º 46 – 1.º Dt., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD Covilhã.

Notas:

As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VIZELA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da Concelhia de Vizela da JSD, para reunir no dia 9 de Outubro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD Vizela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política local:

2 – Outros assuntos.

DIA 4 DE OUTUBRO

**VOTE POR
PORTUGAL**

PORTUGAL À FRENTE

